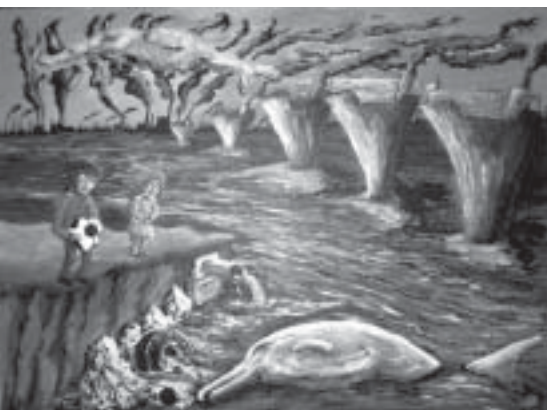


## As várias crises de um mesmo modelo

Karina Kato<sup>1</sup>

A primeira crise foi a ambiental, demonstrando, de certa forma, a incapacidade do nosso planeta em acompanhar os níveis de produção, poluição e lixo que o modelo atual de sociedade requer. Os níveis de gases de efeito estufa na atmosfera estão tão altos que impedem que o calor da terra ultrapasse esta camada e se dissipe no universo. O resultado dessa equação é o aquecimento global, o derretimento das geleiras,



a desertificação de regiões e outras catástrofes ambientais. Seguiu-se a essa constatação, um reforço à tentativa internacional de constranger, por meio de tratados internacionais, a quantidade de “poluição” e destruição cabida a cada país. Tentativa que, frente aos interesses

econômicos, industriais e comerciais não foi e não tem perspectivas de ser bem-sucedida. Para se ter idéia da magnitude desta crise, em 2006, o relatório do Banco Mundial estimou em US\$ 650 milhões a US\$ 1,95 bilhão o custo para reverter o processo de aquecimento global até o final do século. Isso se os governos começassem a se mexer a partir de então.

Os grandes jornais começavam a “esquecer” a tal crise ambiental, quando outra crise recaiu sobre o mundo: a crise alimentar. Os preços dos alimentos dispararam de um dia para o outro, afetando em cheio as economias dos países. Assim como na ambiental, não se pode atribuir apenas um motivo para a crise alimentar, mas um conjunto deles. Em primeiro lugar, destaca-se a tendência nos últimos anos dos países em reduzir os estoques públicos de alimentos e um movimento de elevação do poder nas mãos das transnacionais atuantes no mercado internacional. Em segundo, a elevação no preço do petróleo, que chegou a US\$ 140 o barril, e fez com que os preços dos insumos químicos utilizados na produção de bens agrícolas e os custos de transporte também se elevassem. Em terceiro, o aumento da procura internacional por matérias-primas (em particular por grãos como trigo, arroz e o milho) e demandas de países como China e Índia. E, por fim, um crescente movimento especulativo que invadiu também o mercado de *commodities*,

puxando suas cotações para cima. O resultado de tudo isso foi um aumento generalizado nos preços dos produtos alimentares, prejudicando as classes mais pobres no orçamento familiar.

Agora, chega a crise financeira mundial, que já atinge a economia real, resultando em demissões e falências de empresas. As tentativas de contenção do terremoto financeiro já custaram somente ao governo norte-americano, uma quantia equivalente a um terço do PIB dos Estados Unidos, chegando a US\$ 4,6 trilhões.

Mas todas essas crises não são crises isoladas. Todas são faces da mesma crise, que denuncia os abusos do modelo de desenvolvimento de cunho neoliberal, excludente e concentrador. Um modelo que possui matriz energética altamente dependente de fontes de combustíveis fósseis, determinando a exploração cada vez maior de recursos naturais; o consumo crescente de água; a manutenção de indústrias poluidoras e a geração elevada de resíduos sob a forma de lixo. Um modelo que ao se reproduzir determina a exploração de muitos por uma camada reduzida da população. Segundo estimativa do *Boston Consulting Group*, um quinto de toda a riqueza mundial está concentrada em um milionésimo (0,001 por cento) das famílias, com tendência a maior concentração no futuro.

Mas esse modelo de sociedade começa a dar sinais de esgotamento nas mais diferentes áreas, demonstrando que o planeta não pode arcar com a reprodução generalizada dos altos níveis de consumo. A resolução desse impasse, contudo, não se dará de forma marginal. Não serão medidas de “maquiagem” verde, de intervenções pontuais nos mercados ou de salvamento do setor financeiro que vão permitir a sobrevivência da Terra. O sistema como um todo precisa colocar o homem e a natureza no lugar ocupado atualmente pelo capital. Entretanto, nossos governantes e elites não parecem inclinados a pagar este preço. Pelo contrário, as medidas anunciadas vão na direção de “transformar” para manter tudo como está. Até quando vamos esperar a próxima crise? ☹

Mas todas essas crises não são crises isoladas. Todas são faces da mesma crise, que denuncia os abusos do modelo de desenvolvimento de cunho neoliberal, excludente e concentrador.

<sup>1</sup> Economista do Pacs.

# Crise internacional: tendências

Reinaldo Gonçalves<sup>1</sup>

A avaliação das tendências da atual crise econômica internacional depende do entendimento a respeito das suas causas, extensão, dimensão, natureza e medidas de contenção. A causa imediata da crise é a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos.

Esta insolvência (absoluta incapacidade de pagamento – “calote”) resultou da expansão do crédito que tem determinantes conjunturais e estruturais. Dentre os conjunturais, houve a redução significativa da taxa de juro nos Estados Unidos no início de 2001 até 2004, que causou a tomada de empréstimos imobiliários. A elevação dos preços



dos imóveis estimulou o aumento do número de empréstimos para ganhos imobiliários. Já os fatores estruturais foram a desregulamentação do setor financeiro e o menor dinamismo do setor real. Este último fato implica o deslocamento do capital do setor produtivo para o financiamento e a globalização financeira. A desregulamentação financeira caracterizou-se, entre outros aspectos, pelos empréstimos *sub-prime*, ou seja, empréstimos de má qualidade.

A globalização envolve crescente interdependência entre os sistemas financeiros nacionais, o que gera a extensão global da crise. De fato, a crise afeta o centro do sistema econômico internacional (Estados Unidos), atinge o extremo oriente (Japão e Coreia do Sul), chega praticamente ao pólo norte (Islândia e Rússia) e repercute no sul das Américas (Chile, Brasil).

Tão importante quanto a extensão global é a natureza multidimensional da crise. Nos países desenvolvidos esta crise envolve risco sistêmico (impacto generalizado) no setor, atingindo todos os agentes financeiros. Ela transcende este setor e atinge o lado real da economia de forma que uma das tendências gerais é a forte desaceleração e, eventualmente, a recessão econômica em muitos países.

Esta crise tem clara dimensão política quando se torna evidente a fragilidade de grupos dirigentes. Nos Estados Unidos, há que se reconhecer em Bush um presidente *sub-prime*. Neste sentido, a perda de confiança na administração Bush contrasta com a revitalização do governo do *Labour Party*, partido trabalhista britânico. O impacto social advém, principalmente, do desemprego e da perda de renda e de patrimônio do trabalhador.

A crise atual revelou a natureza predatória do capitalismo, principalmente no contexto da liberalização e da desregulamentação próprias do regime liberal. Trata-se do extraordinário poder letal do “moinho satânico” do mercado de capitais na ordem capitalista internacional.

Por fim, restam as medidas de contenção. Em um período muito curto tem se verificado a implementação de toda a terapia possível para resolução de crises nos países desenvolvidos. A primeira geração de medidas é a expansão da liquidez, ou seja, maior disponibilidade de recursos de empréstimos para agentes financeiros e, até mesmo, para empresas de outros setores. A segunda geração de medidas envolve o saneamento financeiro por meio das falências, concordatas, fusões e aquisições de bancos, financeiras, seguradoras, etc. A terceira geração de medidas implica garantias de depósitos e aplicações financeiras. A quarta geração é a de expansão dos gastos públicos para conter a queda do nível de atividade econômica. A quinta geração de medidas é a estatização parcial ou total dos agentes financeiros, que já está ocorrendo, principalmente, na Europa.

Em síntese, a atual crise tem causas estruturais, extensão global, dimensão múltipla e natureza sistêmica. Por estas razões, os governos, principalmente dos países desenvolvidos, têm apelado para medidas de contenção de grande profundidade e escopo. Antibióticos de amplo espectro e grande impacto geralmente significam doenças graves e fortes efeitos colaterais. Esta metáfora sugere que a crise atual tem tendências marcadas por grande instabilidade, mudanças importantes e desempenho extraordinariamente negativo em escala global durante um longo período. ☹

<sup>1</sup> Professor titular de Economia Internacional da UFRJ.

# A desgraça do liberalismo: apontamentos políticos para não pagarmos essa conta!

Alessandro Biazzi<sup>1</sup> e Sandra Quintela<sup>2</sup>

*Schadenfreude* - a celebração da desgraça alheia. Recentemente, o historiador Eric Hobsbawm se utilizou desta palavra alemã para destacar uma de suas sensações perante a crise financeira. Após quase três décadas, a jogatina desregulada e especulativa da “economia do cassino” e todo o discurso celebratório do neoliberalismo chegam a um claro esgotamento. Se já não bastasse o fracasso prático do liberalismo para lidar com questões históricas e concretas que afligem os excluídos reais dos privilegiados fluxos virtuais do capital transnacional, resta a seus ideólogos um silêncio envergonhado. Ou, ainda, uma autocrítica hipócrita, diante de uma economia mundial salva do colapso por brutais intervenções do tão criticado Estado.

A estatização dos prejuízos dos bancos chega a trilhões de dólares. Em outubro, a Alemanha anunciou pacote de aproximadamente 599 bilhões de euros para o resgate de bancos; o Reino Unido 37 bilhões de libras (US\$ 59 bilhões) e a França 382 bilhões de dólares. Nos EUA, o último pacote aprovado prevê o desembolso de 800 bilhões de dólares, fora a possível estatização de parte da indústria automobilística. Ações no mínimo surreais para a retórica liberal dos anos recentes.

A atual crise aponta sérios limites do capitalismo como modo de produção e destruição tendo em vista a diminuição da produção de alimentos, o esgotamento de recursos energéticos e a crise climática. No entanto, discurso conservador tem sido o de reduzir a crise à dimensão financeira e não do sistema de organização de produção material que pôs o foco no lucro máximo e não do bem viver das pessoas. Infelizmente, constata-se que a situação é mais do que uma “desgraça alheia”: os privilegiados perderam, mas todos os contribuintes também, especialmente as classes populares que sofrem os efeitos das crises econômicas e pagam boa parte da conta. Somente a mudança de paradigma no atual modelo de desenvolvimento em nível global e também na vida cotidiana de cada pessoa será capaz de lidar

com esses enormes desafios. Se as crises são parceiras da história por darem origem a novos valores e comportamentos, suas conseqüências não necessariamente pendem para valores progressistas de justiça e liberdade. Basta lembrar as nefastas conseqüências políticas da crise de 1929.

Diante das incertezas da realidade que nos abre, é necessário irmos além das análises com números abstratos para compreendermos as principais questões políticas em jogo. Na América Latina, esta crise pode de fato se apresentar como uma oportunidade de criar condições de pôr em marcha alternativas que já circulam no continente. Cabe ressaltar um conjunto de medidas de política econômica proposto pela *Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico*, em recente encontro realizado em

Buenos Aires, Argentina.

Algumas delas: custódia dos bancos privados, seguindo o princípio de não estatizar dívidas privadas; declaração de moratória e imediata auditoria da dívida pública, liberando recursos para atender às necessidades sociais; controle de preços dos produtos básicos; e reestatização de empresas estratégicas; manutenção e recuperação dos salários reais dos trabalhadores, associado a uma política de tributação progressiva que afete ao capital e, sobretudo, a especulação.

Já no Brasil, a atual conjuntura não pode servir como justificativa para arbitrariedades por parte do governo e para proteger grupos já privilegiados dos efeitos da crise. Se de fato o neoliberalismo perdeu força como modelo hegemônico na sociedade brasileira, o atual governo não se apresenta como alternativa a ele nem na área econômica, nem na área social. O país não tem se apresentado como elemento-chave no desencadear de uma “blindagem regional”. Cabe aos povos organizados se mobilizar para demandar do Estado políticas que busquem amenizar os efeitos desta crise, tornando efetivos os direitos sociais, a fim de salvar os povos e não os bancos! ☺

<sup>1</sup> Mestrando em Relações Internacionais. Integra a equipe do Pacs.

<sup>2</sup> Socioeconomista do Pacs.



## Crise mundial em debate

Gilka Resende<sup>1</sup>

*O entrevistado desta edição é o economista Paulo Passarinho, mestre em Políticas Públicas pela UFRJ e vice-presidente do Conselho Regional de Economia - Corecom - RJ. Além de debater os motivos e conseqüências da tão propalada crise financeira, Passarinho analisou a inserção política do Brasil neste contexto mundial.*



Arquivo Sindecom-RJ

**Em geral, o que caracteriza uma crise econômica? E o que caracterizou e provocou a atual crise?**

Se um sistema econômico não responde de forma adequada às necessidades da maior parte das populações que estão submetidas a ele, a gente pode dizer que esse sistema está produzindo uma crise. Mas, em geral, aponta-se que há uma crise quando existe um forte desequilíbrio entre o que o sistema econômico oferece e aquilo que as pessoas podem comprar. No capitalismo, a produção não está voltada para as necessidades humanas, mas para o lucro. Com relação aos sintomas mais imediatos, a atual crise estaria localizada no setor imobiliário dos Estados Unidos. Mas ela tem raízes mais profundas. Ocorre que temos um sistema monetário

internacional baseado em princípios que dão muito poder ao tesouro norte-americano. À partir da Conferência de Bretton Woods, em 1944, o dólar saiu consagrado como moeda de troca internacional. Ficou estabelecido que os Estados Unidos só poderiam emitir dólares desde que houvesse uma base em ouro. Essa regra foi quebrada unilateralmente no início dos anos 70, o que produziu um crescimento da quantidade de dólares em circulação. Isso criou condições dentro do sistema financeiro internacional para uma série

de mudanças em que a tônica geral foi a desregulação financeira. Agora, com base no crescimento astronômico do tipo de negócio baseado, veio a explosão no mercado imobiliário dos Estados Unidos.

**Estamos falando do excesso de especulação financeira. Isso geraria a chamada insolvência da crise?**

Essa crise é apontada pelo próprio sistema financeiro como uma disfunção. Porém, o problema todo é que a produção capitalista depende de uma massa de consumidores com poder aquisitivo. Manter esse equilíbrio é algo muito difícil. O capitalismo é marcado por crises cíclicas que se apresentam de forma muito violenta. Então, estamos vivendo mais uma dessas crises estruturais. Não significa que o capitalismo irá acabar por causa disso, mas assim como em outras crises, reconfigurações e reorganizações profundas precisam ser feitas.

**E para o Brasil? Quais são os maiores impactos?**

Nos últimos cinco anos, o país começou a criar saldos comerciais – exportar mais que importar – que tornaram possível o pagamento do seu compromisso comercial de curto prazo. E isso deu folga para um ritmo de crescimento interno da economia, para uma folga na importação. Mas pensar a economia aberta e muito dependente dos investimentos e decisões estrangeiras é fazer a economia crescer refém da importação. Só que essa folga veio se estreitando desde 2007. E como comprova uma triste tradição da economia brasileira, vamos precisar novamente, para fechar as contas, ou de novos recursos emprestados ou de recursos que entrem atendendo certo atrativo financeiro. Esses atrativos entram na Bolsa de Valores para aplicações em títulos públicos que garantem a disponibilidade de dólares em caixa para arcar com compromissos externos.

**Esses compromissos se referem à dívida externa?**

Não só à dívida, mas também a outros compromissos como o pagamento de fretes internacionais. Os mecanismos de transporte de navegação, por exemplo, foram totalmente liquidados nos anos 90. Dependemos de recursos externos para fazer importações e, inclusive, para viabilizar boa parte da produção interna. Precisamos de recursos externos para um conjunto de compromissos, pois não produzimos dólares em volume suficiente. Então, além da forma especulativa de atrair recursos, outra maneira que o país tem utilizado para garantir esses dólares, é deixar o dinheiro estrangeiro entrar para comprar empresas brasileiras ou, até mesmo, para instalar novos negócios aqui. Tudo isso nos garante caixa em curto prazo, mas nos abre outros problemas em médio e longo prazo. A dependência do financiamento da conta em dólares é uma espécie de maldição que o Brasil carrega historicamente.

**Isso tem a ver com o tipo de globalização que temos, não é? Que globalização seria a ideal?**

Nosso país é um mega exportador de alimentos e minérios. Temos uma receita de exportação muito grande, mas a partir da exportação de produtos que, nos mercados externos, apresentam preços ditados pelos consumidores. Então, frente a desaceleração de países como China e a um quadro recessivo dos países mais ricos do mundo, observamos uma queda muito forte dos preços dos produtos que exportamos. Esse é

um dos problemas decorrentes dessa inserção passiva no processo de globalização que nós, economistas de orientação heterodoxa, acreditamos ser um grave equívoco. Deveríamos buscar uma globalização com uma economia que, em primeiro lugar, subordinasse nossas produções às necessidades da população e passássemos a produzir de acordo com as nossas possibilidades. E no tocante as nossas conexões internacionais, também deveríamos subordiná-las à satisfação de uma produção soberana. Se nós temos grande parte da população precisando de habitações populares de qualidade, por que não mobilizar todo o esforço produtivo nacional para a satisfação deste objetivo? Ou se nós estamos necessitando de investimentos em educação, por que não transformar essa demanda em uma espécie de alavanca do nosso desenvolvimento?

### **A crise estourou nos Estados Unidos, porém se caracteriza como uma crise mundial. A eleição de Barack Obama muda alguma coisa neste cenário?**


É lógico que há diferença de ênfases entre as administrações do Partido Democrata e as do Partido Republicano. Mas não acho que mude nada substantivamente. O que acho alvissareiro na eleição do Obama não é propriamente o Obama, mas a vontade de mudança do seu eleitorado. Isso reflete um pouco as contradições do capitalismo super desenvolvido que lá nos Estados Unidos vai deixando cada vez mais um número maior de pessoas à margem dos processos de maior opulência do sistema. Existe, por exemplo, uma queda das participações dos salários no produto interno do país, enquanto o número de horas trabalhadas pelos norte-americanos é muito maior do que há 10, 15 anos. Há, portanto, um sufocamento do mundo do trabalho nos Estados Unidos que tem gerado um descontentamento latente. Isso se expressou na eleição do Obama. Primeiramente, na escolha de um candidato negro como oficial do Partido Democrata durante a prévia com a Hillary Clinton. Mas o Obama não encarna de forma integral essa mudança que o seu eleitorado busca. Então, acho que nós vamos ver aí um processo de cobrança e tensão muito importante para apimentar o jogo político nos Estados Unidos.

### **E os impactos da crise na vida dos trabalhadores e trabalhadoras?**

Quando me referi ao peso dos salários nos Estados Unidos, estava falando dos rendimentos do mundo do trabalho, e não apenas do rendimento dos assalariados. Com a crise, existe uma diminuição desses rendimentos no conjunto do produto interno norte-americano, assim como existe essa perda na economia brasileira e na de outros países. No Brasil, é necessária uma mudança política no sentido de proteger as fronteiras financeiras, pois o país sofre hoje uma fuga de capitais. Com uma mudança na política cambial e uma redução gradual e permanentemente na taxa de juros, poderíamos enfrentar a crise de fato, através do dinamismo da economia interna, fazendo com que o Estado puxasse a iniciativa de aumentar a oferta de empregos e a própria taxa de investimento na economia. Para os trabalhadores dos

Estados Unidos, do Brasil, ou de qualquer lugar do mundo, uma crise se manifesta principalmente através do drama do desemprego. Esta é a grande questão. A perda de postos de trabalho será, infelizmente, a tônica nos próximos anos. E isso vai se manifestar no mundo inteiro, levando em conta que a economia norte-americana, embora tenha perdido um pouco do seu peso, provocará uma desaceleração forte das economias ao redor do mundo. Quanto mais o país depender exclusivamente do seu mercado interno, menor será o efeito da crise global. O governo Lula tem manifestado interesse em manter o crescimento econômico através do dinamismo da economia interna. Mas acontece que o governo Lula é muito contraditório. Para que a gente pudesse fazer um trabalho de preservar a nossa economia, deveríamos assumir mudanças na política macroeconômica. E eu não vejo o governo Lula propenso a fazê-las.

### **E como você avalia a relação do governo brasileiro com as Instituições Financeiras Internacionais (IFES)?**

O FMI e o Banco Mundial, como exemplos, têm um papel forte de procurar induzir os países das periferias a assumir políticas que interessam aos países centrais do capitalismo. O FMI defende, por exemplo, que o Brasil faça um superávit primário alto para que garanta o pagamento, em reais, das dívidas financeiras. Só que aí acaba faltando dinheiro para uma série de coisas que precisamos pagar em reais e não em dólares. Nisso, o governo brasileiro acaba fazendo esse superávit primário indecente. Então, a gente adia investimentos na área de saúde, educação, habitação popular, saneamento, reforma agrária, para poupar recursos para o pagamento de juros do endividamento brasileiro. Aí chega o Banco Mundial e oferece financiamento em dólares para investimentos nessas áreas socialmente relevantes. Então, o Brasil fica amarrado economicamente pelas orientações do FMI, e fica amarrado financeiramente, inclusive com dívida externa, junto ao Banco Mundial, ou ao Banco Interamericano. Mais um agravante: ao financiarem esses projetos, essas Instituições, em geral, exigem que eles tenham uma natureza que atenda aos interesses políticos dos países que têm maior predominância nessas Instituições. E o país que mais tem predominância nas IFES, não por acaso, são os Estados Unidos. 

<sup>1</sup> Estagiária de comunicação do Pacs.

---

Para que a gente pudesse fazer um trabalho de preservar a nossa economia, deveríamos assumir mudanças na política macroeconômica. E eu não vejo o governo Lula propenso a fazê-las.

---

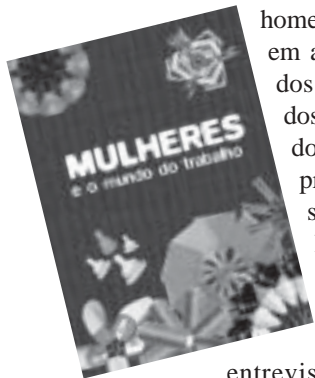
## A questão de gênero em debate

No segundo semestre de 2008, o PACS lançou o filme *Mulheres e o Mundo do Trabalho*. O projeto apresenta um paralelo entre as relações sociais de trabalho e a opressão de gênero, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres frente o atual modelo econômico.

O Censo de 2007, por exemplo, constatou que a mulher trabalha mais do que o dobro da jornada do homem, exercendo funções como assalariada ou em atividades informais, sem deixar de cuidar dos afazeres do lar e da família. Na maioria dos casos, sem que ocorra a divisão do serviço doméstico. Já os índices de desemprego e da presença feminina no trabalho precário são significativamente maiores que os dos homens.

Para Márcia Shoo, diretora do filme, ferramentas como essa ajudam na conscientização das mulheres. “Fizemos entrevistas com mulheres trabalhadoras que já descobriram que a economia não é um bicho de sete cabeças. Elas contam experiências concretas, contam como mudaram a partir do momento em que desmistificaram o que é a economia na vida de cada uma delas. O filme também tem um caráter educativo, com muitas informações e dados estatísticos”, disse.

As cópias do *Mulheres e o Mundo do Trabalho* podem ser solicitadas no PACS pelo número (21) 22102124 ou por meio do endereço eletrônico [secretaria@pacs.org.br](mailto:secretaria@pacs.org.br). A contribuição é de R\$6 ou R\$10 por cópia, dependendo do poder aquisitivo de cada um/uma. O valor corresponde apenas ao orçamento investido na realização do filme, uma vez que o projeto não teve fins lucrativos.



## Novo Portal do PACS - uma importante ferramenta de comunicação

Em 2009, o PACS lança seu novo portal na Internet. Agora, além de poder baixar nossas publicações impressas, você também terá acesso gratuito às produções em áudio e vídeo da nossa Instituição.

Na seção *Dia-a-dia*, estão previstas matérias sobre globalização solidária, desenvolvimento integral, socioeconomia, justiça ambiental, gênero, orçamento participativo, entre outros temas. Já em *Artigos*, a sociedade estará sob os olhares críticos de nossa equipe e colaboradores. É que especialistas de diversas áreas de conhecimento vão aprofundar o debate em relação aos últimos fatos políticos do país, América Latina e mundo.

Não deixe de acessar o portal pelo endereço [www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br), uma janela aberta para a construção de uma economia contra-hegemônica e solidária, que procura rumos alternativos ao atual sistema econômico.



## Fique por dentro do “Caso TKCSA”

Outro material também disponível no PACS é o estudo de caso sobre os impactos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no Rio de Janeiro. O documento traz dados sobre o descumprimento de leis ambientais, violações de direitos humanos, operários submetidos a trabalho degradante e mortes na obra do conglomerado siderúrgico-portuário, localizado na Zona Oeste da cidade.

O empreendimento recebe investimento do BNDES, apesar da destruição ambiental e da contaminação química que tem provocado na Baía de Sepetiba. Os abusos da empresa, incluindo o descumprimento de um embargo feito pelo Ibama, violam os direitos humanos e trabalhistas.

Existem, ainda, ações que denunciam irregularidades da TKCSA tramitando no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Justiça Estadual. As empresa alemã ThyssenKrupp e a brasileira Vale compõem o empreendimento que atingirá diversificadas populações tradicionais como quilombolas, índios, caboclos, caiçaras e pescadores artesanais da região. Não deixe de se informar sobre o caso!



# SPECULUM: a imagem da crise e alternativas

Marcos Arruda<sup>1</sup>

Se você se coloca entre dois espelhos e olha para um deles, o que vê? Uma fila sem fim de imagens de você. No outro espelho, outra fila sem fim de imagens de você. Mas só um você é real! Especular vem do latim *speculum*, espelho. É a produção de dinheiro a partir do dinheiro e não da produção de riqueza real. Por que fazer isto? Ganância. Sede de ganhar mais, de acumular dinheiro sem limites. Nisto o economista Muhammad Yunus tem razão. Ele não tem razão, porém, quando diz que o sistema capitalista não é o responsável. “Ao contrário de muitos que criticam o capitalismo como a causa da crise, diria que o sistema não foi o culpado”, disse em entrevista ao *O Globo* (12/10/08). Existe, sim, uma cultura da maximização dos lucros, mas existe o sistema de instituições e de relações sociais que lhe dá corpo!

O coração e a ética do capitalismo é a busca de acumular lucro, dinheiro, riqueza material. Vale quem tem capital. Seu criador é o trabalho humano, mas o trabalhador e trabalhadora são para o capital apenas ‘fatores de produção’, ao lado do capital-dinheiro, das matérias-primas, das máquinas, do terreno, da energia, etc. O responsável de primeira e última instância por esta crise financeira é o sistema do capital globalizado e suas instituições de governança global, em particular o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

Hoje, a maior parte das trocas não é de bens e serviços, mas sim de papéis e cifras virtuais no mundo da megaespeculação. É o que chamamos de financeirização ou economia do cassino global! Anotem: um quatrilhão e 78 trilhões de dólares era o total de dinheiro circulante no mundo da especulação em 2002, contra cerca de 70 trilhões de dólares na economia real<sup>2</sup>.

Muitos devedores deixaram de pagar quando o Banco Central dos EUA aumentou os juros, como já tinha acontecido com a dívida externa dos países do Sul nos anos 80. Falência de bancos de investimento, empresas de seguros e outras financeiras que atuavam como *croupiers* do cassino global! A **crise** também é **de confiança**: até os bancos pararam de emprestar um para o outro. Não afastado está o **risco de estagflação**, que é a estagnação da produção e decisões maciças combinadas com preços altos devido aos custos financeiros, e até de **depressão**, que é quando a crise financeira vira crise da economia real. O sistema começou a ruir. ☹

## Alternativas para um real desenvolvimento

- Em vez de adiar a explosão final **transferindo dinheiro público** para os bancos com a desculpa de proteger clientes e empregos, transferir fundos públicos para as vítimas dos especuladores; uma solução mais justa e durável.
- Reconhecer que não se trata apenas de uma crise das finanças. É mais uma **crise do modo de produção capitalista** e da **economia neoliberal**. O mundo precisa de um desenvolvimento que não esteja fundado na ganância egoísta e materialista, e de um modo de consumo consciente e sustentável;
- Declarar as finanças e o dinheiro, em essência, como **serviço público**, gerando poder aquisitivo, equidade e bem estar para todos e todas;
- **Eliminar** os derivativos e todo instrumento financeiro especulativo, religando as finanças e a moeda com a economia real, e criando **regulações**, limites e regras para os fluxos de capital e a emissão das diferentes formas de dinheiro;
- Criar **instituições** em nível nacional, continental e global capazes de tornar efetivas essas regras e de sancionar os agentes que as violarem.
- **Desmontar os refúgios fiscais e as jurisdições secretas**, que servem para lavagem de verbas ilegais e para a evasão de capitais e divisas.
- **Reformar radicalmente as instituições financeiras internacionais**, seus princípios, funções e modo de operar, para que cumpram seus respectivos papéis de orquestradoras do desenvolvimento equitativo e sustentável dos povos e reguladoras do equilíbrio financeiro mundial.
- Replantar o controle das finanças de cada família e comunidade nelas próprias, através da **descentralização do dinheiro**, da multiplicação de instituições autogestionárias de poupança e crédito e bancos cooperativos, do uso de moedas comunitárias, e de legislação adequada para apoiá-las.
- Restabelecer o **poder dos povos em planejar o seu próprio desenvolvimento**, do espaço local até o nacional e global, combinando gestão social com gestão estatal, usando as finanças apenas como um meio, pois o fim deveria ser o desenvolvimento do ser humano, pessoa e coletividade.

<sup>1</sup> Socioeconomista e educador do PACS e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdã).

<sup>2</sup> F. Morin, 2006, “Le Mur de l’Argent”, Seuil, Paris



## A crise financeira e o Banco Palmas

Joaquim Melo<sup>1</sup>

O Conjunto Palmeira é um bairro pobre do nordeste, localizado na periferia de Fortaleza, Ceará. Em nossas reuniões, passamos a refletir sobre *o motivo pelo qual* éramos pobres? A princípio afirmávamos: “somos pobres porque não temos dinheiro”. Então, resolvemos fazer um mapeamento no bairro para saber o que consumíamos e produzíamos localmente. Chegamos à grande conclusão: “éramos pobres porque perdíamos nossas poupanças internas. Isto ocorria porque tudo que comprávamos vinha de fora e a nossa riqueza não circulava na comunidade”.

Daí, resolvemos criar um banco comunitário. Em homenagem ao bairro, recebeu o nome de Banco Palmas. Em 2008, em meio à festa do 10º aniversário do nosso banco, surge a crise financeira mundial. Ao refletir sobre a origem dela, nos deparamos com o modelo de consumo alienado – e ambientalmente insustentável - do povo norte-americano. Estimulados pela oferta de crédito fácil dos bancos, na busca de grandes lucros, os norte-americanos devem o que têm e o que não têm. Comprando de forma compulsiva, contraem dívidas no cartão de crédito, no cheque especial, duplicata, hipoteca e em tudo mais que puderem, até endividarem a própria consciência. E esse endividamento, em efeito dominó, refletiu-se na quebra dos bancos.

Mas no Banco Palmas, sabemos exatamente o que a população precisa para viver com dignidade e o que a comunidade deve produzir para alcançar o bem-viver. De forma equilibrada, utilizamos linhas de crédito usando a moeda nacional, o Real, para estimular a produção local de bens e serviços e uma linha de crédito, em uma moeda social própria, chamada Palmas, para estimular o consumo local. Essas linhas de crédito são orientadas por um agente de

desenvolvimento do banco que, cuidadosamente, estuda a renda da família, evitando que a mesma tome crédito em excesso. Se algo der errado nessa relação, os moradores, produtores e comerciantes recorrem ao Fórum Econômico Local (FECOL). Trata-se de um espaço democrático, aberto a qualquer morador, onde se discute a economia do bairro. Inclusive, é neste Fórum que fazemos a análise das contas e tomamos as principais decisões sobre as ações do nosso banco comunitário.

Já nos Estados Unidos, ninguém controlava os bancos, nem o governo muito menos a sociedade. É assim nos Estados Unidos, é assim no resto do mundo. Os bancos se vêem no direito de utilizar nosso dinheiro do jeito que bem entendem. Aplicam onde quiserem e da maneira que quiserem, na lógica de seus interesses econômicos. Aliás, em terras brasileiras, desde que a crise surgiu temos escutado o governo se vangloriar de que temos um sistema financeiro e bancário extremamente seguro e organizado. Fico a me perguntar: organizado para quem? Para a maioria do povo brasileiro, o sistema bancário sequer existe. Mais da metade de nossa gente não tem acesso a bancos nem a serviços financeiros.

Desde 2005, temos criado bancos no modelo do Banco Palmas em comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos, distritos isolados nos grotões do Brasil. Locais em que os bancos oficiais não chegam porque não têm a certeza do lucro! Também, nem precisam, já que esse povo aprendeu a criar seu próprio banco. E estes estão vacinados contra a crise! ☺

<sup>1</sup>Líder comunitário, criador do Banco Palmas.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

**Equipe:** Alessandro Biazzi, Ana Cândida, Eliane de Paula Macedo, Gilka Resende, Gustavo Vaccih, Jussara Mendonça, Karina Kato, Leila Salles, Leilane Brito Mosry, Marcos Arruda, Miriam Lemos, Peter Gerhard, Rita de Cássia Alves, Robson Patrocínio, Sandra Quintela e Tatiane dos Santos.

**Edição:** Lycia Ribeiro MTB- 899/04/105CE

Gilka Resende (estagiária de comunicação)

**Projeto gráfico e diagramação:** Rogério Nascimento

**Impressão:** Grafthaly

**Tiragem:** 2.500 exemplares

**Distribuição:** Gustavo Vaccih e Leilane Brito Mosry. Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

**Fale conosco, teremos muito prazer em responder:**

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609

Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

**Tel/Fax:** (21) 2210-2124

[www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br) - [pacs@pacs.org.br](mailto:pacs@pacs.org.br)

**Utilidade Pública Federal** - Port. nº 2.476, de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

**Conselho Municipal de Assistência Social** - inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003